

54º CONAD atualiza plano de lutas do ANDES-SN

Entre os dias 16 e 19 de julho, ocorreu o 54º Conselho do Andes-SN (CONAD), em Curitiba, cujo tema central era “Unir os trabalhadores para enfrentar a crise, defender a educação pública e os direitos sociais?”

Os diretores da ADUR-RJ S.Sind. Profa. Celia Regina Otranto e Prof. José dos Santos Souza participaram do evento como delegada e observador. O Prof. Luis Mauro Magalhães também esteve presente, representando a Seção Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, da qual é o primeiro vice-presidente.



Acompanhe as principais deliberações no 54º CONAD nas páginas 3 a 5

Governo modifica remuneração de professores substitutos, que obtêm isonomia

Página 2

ANDES-SN debate saúde do trabalhador e constata que docente é vítima de esgotamento

Páginas 6 e 7

Consignações restabelecidas para o repasse da mensalidade da ADUR-RJ

Página 8

MEC quer REUNI para os hospitais universitários

O Ministério da Educação – MEC criou, a exemplo do REUNI, o Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF, que prevê a contratação de 11 mil profissionais da área médica e sugere uma mudança na forma do Ministério da Saúde financiar a rede, atualmente formada por 46 unidades hospitalares de diferentes portes.

Pesquisas realizadas pelo MEC para embasar o programa reforçaram a importância dos hospitais universitários para a rede pública de saúde do país, com seus 10.340 leitos em atividade. Somente em 2008, os HUs foram responsáveis por mais de 1 milhão de atendimentos de emergência, 402,8 mil internações, 6,3 milhões de consultas e 20,8 milhões de procedimentos.

“O movimento docente, há anos, vem denunciando o sucateamento dos HUs, principalmente considerando que alguns deles são os únicos hospitais públicos da região em que se localizam. Por isso, vamos analisar este projeto e verificar se a proposta contempla as reais necessidades da rede, que incluem também a boa formação de profissionais da área de saúde. Nossa preocupação é evitar que, tal como no REUNI, as contratações previstas pelo REHUF precarizem ainda mais o trabalho docente e afetem a qualidade do ensino oferecido nessas unidades”, afirma a secretária-geral do ANDES-SN, Solange Bretas.

Governo modifica remuneração de professores substitutos

Em julho, os professores substitutos das Instituições de Ensino Superior - IES adquiriram o direito de receber salários equivalentes aos dos cargos que ocupam em substituição ao titular da vaga. O Diário Oficial da União publicou, no dia 20/7, Orientação Normativa nº 2 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece nova forma de remuneração dos professores substitutos.

Deve-se observar, a partir deste documento, os parâmetros dos vencimentos correspondentes ao padrão inicial da classe em que esteja sendo feita a substituição do ocupante de cargo efetivo, integrante das carreiras de magistério superior, do ensino básico, técnico e tecnológico e do Plano de Carreiras de Magistério de Ensino Básico Federal.

O salário do professor substituto deverá ser constituído de Vencimento Básico, Retribuição de Titulação e Gratificações, conforme a carreira (Gratificação Específica do Magistério Superior – GEMAS, Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – GEDBT, Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico Federal – GEDBF, ou Gratificação Específica de Atividades Docente dos Ex-Territórios – GEBEXT), conforme a Lei nº 11.784/08.



Uma nova forma de remuneração de professores substitutos, mais justa, é uma reivindicação antiga do Sindicato Nacional que, na sua proposta para a carreira docente, publicada no Caderno 2, em 2003, dedica um capítulo para o tema. No parágrafo 2º do artigo 34 do Capítulo IV da proposta de Projeto de Lei de Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior intitulado “Dos Docentes não-integrantes da Carreira Única”, o Sindicato Nacional defende a ideia de que “o salário do professor substituto será equivalente àquele percebido pelos docentes enquadrados na classe correspondente a sua titulação”.

ANDES-SN apresenta impugnação ao pedido de registro sindical do Proifes

Em 28/7, o ANDES-SN apresentou impugnação ao pedido de registro sindical do Proifes-Sindicato no Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). A impugnação seguiu o trâmite previsto na legislação vigente que estabelece o prazo de 30 dias a partir da publicação do pedido de registro sindical que, no caso, ocorreu no dia 30/6/09. A medida fundamenta-se no fato do ANDES-SN constituir-se no legítimo representante dos docentes das

instituições de ensino superior, municipais, estaduais ou federais, conforme reconhecido pelo próprio MTE, face ao restabelecimento de seu registro sindical em 5/6/09 e pela outorga da Certidão de Registro Sindical ao ANDES-SN, pelo ministro do Trabalho e do Emprego, Carlos Lupi, e pelo secretário de Relações do Trabalho, Luis Antônio de Medeiros Neto, em cerimônia oficial que teve lugar no Ministério em 24/6/09. A impugnação

fundamenta-se também nos vícios e ilegalidades da encenação feita pelo Proifes na tentativa de constituir-se em sindicato, em particular no que concerne ao desrespeito aos mais elementares procedimentos democráticos diante da escandalosa obstrução de participação de membros da categoria na assembléia convocada para sua constituição em 6/9/08, conforme fartamente documentado e amplamente divulgado à época.

Expediente

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. Endereço: Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537

Telefax: (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurrj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro Sampaio Magalhães.

Redação, edição e diagramação: Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** mil exemplares

54º CONAD atualiza plano de lutas do ANDES-SN e refuta a proposta do MEC que altera regime de dedicação exclusiva

O 54º CONAD, realizado em Curitiba, no período de 16 a 19 de julho, reuniu representantes de 55 seções sindicais de todo o país, 50 delegados, cem observadores e 35 diretores do ANDES-SN, além de convidados.

Durante o evento, foram debatidos temas fundamentais para a categoria docente, bem com atualizado o plano de lutas do Sindicato Nacional.

Confira as principais deliberações da categoria:



Sindicato Nacional não participará mais da Comissão Organizadora da CONAE

O ANDES-SN não participará mais da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Educação (CONAE). A Conferência ocorrerá de 21 de março a 1º de abril de 2010 com a proposta de definir diretrizes que integrem um sistema nacional articulado de ensino.

As discussões sobre o tema dividiram o plenário. “Participar como delegado dessa Conferência significaria legitimarmos um fórum de discussão que meramente irá reafirmar as políticas governamentais”, salientou Marina Barbosa (Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense). A ADUFF defendeu a deliberação do 28º Congresso para

que o ANDES-SN participe da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Educação na condição de observador.

A defesa para que o Sindicato Nacional reassumisse seu lugar na Comissão Organizadora da CONAE foi realizada por docentes que apontavam a participação direta como uma possibilidade de ampliar a divulgação das propostas do ANDES-SN para a educação brasileira. “Sem ter a ilusão de que poderemos aprovar amplamente nossas idéias, é importante participarmos com maior peso, pois muitos delegados que estarão no evento podem desconhecer a vasta contribuição do ANDES-SN

em termos de propostas para o ensino público no país”, afirmou Cesar Minto (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - ADUSP).

A plenária determinou que o ANDES-SN não reassuma sua representação na organização. Contudo, o Sindicato Nacional irá marcar presença na Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Educação apresentando suas propostas por meio de documentos, faixas e manifestações, denunciando os problemas e concepções do projeto de educação do governo. Além disso, o sindicato deverá intensificar o debate com as entidades integrantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

ANDES-SN permanecerá denunciando e combatendo a Reforma Universitária

O ANDES-SN comunicou aos presentes que a Reforma Universitária ainda está em curso, sendo necessário intensificar os esforços para combatê-la. De acordo com informações da secretaria da Comissão Especial de Reforma Universitária da Câmara dos Deputados, há 15 projetos de lei sob a análise dos parlamentares e mais 14 apensados.

Ainda segundo a secretaria, o PL 7.200/2006, do governo federal, tem 300 emendas de plenário. A Comissão Especial já realizou oito audiências públicas e faltam mais duas para a conclusão da série de debates públicos e posterior apresentação do relatório final. A

próxima audiência está prevista para a segunda quinzena de agosto.

Dentre os 15 PL, um dos mais prejudiciais à universidade pública é o PL nº. 4.221/2004, do deputado federal de João Matos (DEMSP) que, com cerca de 109 artigos, pretende legislar sobre toda a educação superior, incluindo ainda cinco artigos que modificam composição e atribuições do Conselho Nacional de Educação e 16 artigos dedicados à “avaliação de qualidade”, reformulando o Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade; e a Comissão Nacio-

nal de Avaliação da Educação Superior – Conaes.

Projeto de Lei 92/2007 legitima fundações

O ANDES-SN alertou que ainda tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº. 92/07, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta o inciso 19 do artigo 37 da Constituição Federal e elenca nove atividades executadas como serviço público nas quais poderão ser criadas fundações estatais. Esse projeto visa modificar o regime jurídico de escolas, hospitais, universidades e de instituições públicas.

ANDES-SN realizará seminários para debater sobre carreira única

O debate sobre a carreira única versou sobre a atualização da proposta do ANDES-SN para o tema, formulada pelo Grupo de Trabalho (GT) sobre Carreira do Sindicato Nacional. As discussões foram intensas e o 54º CONAD determinou que a proposta do GT-Carreira seja mais uma vez apreciada pelas seções sindicais. No segundo semestre deste ano, haverá dois seminários para debater o assunto.

Segundo Elaine Neves, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (ADUFPe1), a atualização da proposta do ANDES-SN, formulada do GT Carreira, é fruto de um trabalho desenvolvido com discussões realizadas em seminários locais, regionais e nacionais, pautadas pela análise do

Caderno 2. “A diferença fundamental dessa proposta encontra-se na progressão horizontal através de padrões de desempenho acadêmico-científico com a possibilidade de chegar à condição de titular na carreira com qualquer titulação”. Para ela, a proposição não é definitiva e a intenção era abrir a discussão sobre esse tópico no CONAD.

As discordâncias a respeito da proposta centraram-se na questão da progressão horizontal. Com o argumento de que a progressão por avaliação de desempenho estimula a competição entre os docentes, representantes do setor das estaduais discordaram da proposta do GT.

Para João Zanetic, presidente da ADUSP, a ascensão deve ocorrer somente por titulação. Zanetic lembrou que a questão



da carreira docente foi um dos aspectos levantados na recente greve dos professores da USP. A discordância dos professores foi motivada por mudança no estatuto da universidade que introduziu níveis horizontais, baseando-se em critérios produtivistas.



Acima, foto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que sediou o 54º CONAD, sob a organização do ANDES-SN e da Seção Sindical dos Docentes da UTF-PR.

Mobilização contra mudança no regime de dedicação exclusiva

Os dirigentes sindicais se posicionaram contra as iniciativas governamentais que modificam o regime de trabalho de dedicação exclusiva e que inviabilizam a implantação do modelo de universidade defendido pelo movimento docente. Eles se posicionaram de forma contrária a proposta governista de transformar o regime de dedicação exclusiva em mais uma gratificação produtivista e semestral, desvinculando-a do regime prioritário de trabalho nas universidades públicas. Denunciaram a tentativa do governo em transformar a DE em mais uma gratificação temporária nos contracheques

dos professores, aprofundando ainda mais a precarização das condições de trabalho da categoria.

O 54º CONAD deliberou também por denunciar publicamente as manobras contidas nas medidas do governo para a legalização das irregularidades praticadas pelas fundações ditas de apoio, denunciadas há pelo menos duas décadas pelo ANDES-SN e recentemente apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Assim como o REUNI e o novo ENEM, dentre outros, a alteração do regime de dedicação exclusiva faz parte do projeto de privatização da educação superior pública.

Nova edição da revista *Universidade e Sociedade* discute a crise econômica

Um dos instrumentos de luta do ANDES-SN, a revista *Universidade e Sociedade*, teve uma nova edição lançada durante o 54º Conad. A revista nº44 analisa a crise econômica mundial e apresenta uma visão panorâmica, científica e plural das causas

dessa situação. Nas 216 páginas deste número, há oito artigos analíticos sobre o tema. Vários deles examinam os fundamentos estruturais da crise e buscam explicar por que ela já era prevista.

A revista é distribuída gratuitamente às

seções sindicais e às Faculdades de Educação das universidades. Para os assinantes filiados ao ANDES-SN, o custo anual da assinatura subvencionada (dois números) é R\$ 24,00. O número avulso custa R\$ 12.

Seminário analisa organização da classe trabalhadora e cobra mobilização para enfrentamento da crise

Como parte da programação do 54º CONAD, foi realizado o seminário “Construindo uma nova organização classista para a luta dos trabalhadores”. O objetivo principal da discussão foi estimular a troca de ideias sobre a criação de uma nova entidade capaz de unificar e fortalecer as lutas sociais. Realizado no primeiro dia do evento, o seminário teve como debatedores José Maria de Almeida, presidente da Conlutas; Edson Carneiro Índio, dirigente da Intersindical, e José Vitório Zago, da Diretoria do ANDES-SN. Os participantes ressaltaram a importância desse debate em um momento em que a crise econômica mundial intensifica a exploração dos trabalhadores.



Acima, a Profa. Célia Otranto, que participou como delegada da ADUR-RJ no 54º CONAD



O Prof. José dos Santos Souza esteve no 54º CONAD como observador pela ADUR-RJ. À frente, professoras da delegação da seção sindical da UFPA

Uma nova organização para os trabalhadores

Edson Carneiro Índio, representando a Intersindical, é a favor da criação de uma central para a organização de todos os trabalhadores, mas desvinculada de outros movimentos sociais.

Já a Conlutas e o ANDES-SN defendem que a organização englobe não apenas os trabalhadores, como também os diversos movimentos sociais e o movimento estudantil. De acordo com o presidente da Conlutas, o atual processo de reorganização dos trabalhadores impõe ainda mais dificuldades do que o vivenciado ao final dos anos 70 no Brasil. “Apesar das dificuldades que vivíamos naquele momento com a ditadura instaurada no país, havia um processo generalizado de mobilização que deu força e dinâmica à luta dos trabalhadores. A dificuldade agora é maior”.

Segundo José Maria, se permanecer isolada dos demais movimentos sociais, a classe trabalhadora não conseguirá melhorar as condições de trabalho e tampouco construir uma nova ordem social.

José Vitório Zago destacou que o histórico do ANDES-SN mostra que o movimento docente está há muito tempo voltado para os movimentos sociais e ao apoio à luta de todos os trabalhadores. A força do enfrentamento conjunto pôde ser verificada

na recente conquista do ANDES-SN pelo registro sindical, quando o sindicato recebeu apoio dos mais diversos setores. “Com base neste histórico, o sindicato defende a formação de uma central sindical e popular, que atenda a todos os segmentos dos trabalhadores do campo e da cidade e os movimentos sociais. Zago ressaltou ainda a relevância do movimento estudantil nesse processo. “Em nossas lutas contamos muito com o movimento estudantil para combater a reforma universitária e outras medidas que ferem a educação pública”.

Apesar das divergências quanto à abrangência da nova entidade, os participantes do seminário salientaram uma série de pontos em que há concordância.

Autonomia e independência

Para os representantes da Intersindical, da Conlutas e do ANDES-SN, os trabalhadores devem pensar na consolidação de uma entidade que mantenha autonomia e independência em relação ao Estado, governo, patrões e também aos partidos políticos. Deve buscar a representatividade dos trabalhadores que estão na informalidade ou com contratos precários. “É possível e necessário buscar a representação dos terceirizados, daqueles que estão na superexploração das falsas cooperativas e dos falsos estagiários,

que na realidade são mão-de-obra barata nas empresas”, afirmou Edson Índio.

De acordo com Atnágoras Lopes, secretário-executivo nacional da Conlutas, é importante que o debate sobre a criação de uma trabalhadores ocorra junto à base e não somente junto às direções das entidades participantes. Para ele, o debate sobre a criação de uma nova organização de defesa dos trabalhadores começou a ocorrer em face do atrelamento de inúmeras entidades sindicais ao governo.

Na posição da Conlutas, a nova central preencheria um sentimento de perda de direitos e representatividade na base das categorias. “A crise e o desemprego irão se aprofundar. Para que a classe trabalhadora tenha forças para superar esses obstáculos, é necessário agregar os setores da esquerda e fortalecer a busca pela transformação social”, acrescentou.

O 54º CONAD aprovou a participação do ANDES-SN num seminário nacional a ser organizado pela Conlutas, Intersindical e outras organizações sociais que participam da reorganização da classe trabalhadora, o qual está previsto para ocorrer em outubro deste ano.

ANDES-SN debate saúde do trabalhador e constata que professor é vítima de esgotamento

O Encontro Nacional sobre Saúde do Trabalhador aconteceu em São Paulo, nos dias 31/7 e 1/8. O evento, promovido pelo ANDES-SN e pela Associação de Docentes da Universidade Federal de São Paulo (ADUNIFESP), teve como tema “A educação submissa à lógica do capital: da precarização do trabalho docente à saúde do professor. Os desafios atuais”.

Na programação, além de pesquisadores do tema e lideranças sindicais do Movimento Docente ligado ao ANDES-SN, participaram representantes dos Ministérios da Saúde (MS) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde dos Ambientes de Trabalho (Diesat).

Nas duas últimas décadas, estudos e pesquisas sobre saúde do professor revelam vários tipos de doenças adquiridas por causa da intensificação do trabalho e das relações entre docentes e instituições de ensino. As doenças não discriminam setores: atingem professores de ensino fundamental, médio e universitário, tanto do setor público como do privado. Pesquisas indicam as causas e as conseqüências das doenças e chegam a afirmar que a educação brasileira está ameaçada de extinção, caso não se promovam políticas de valorização do professor.

No entendimento do ANDES-SN, somam-se a essas causas, a redução do padrão de vida dos professores, a precarização das condições de trabalho, o aumento da exclusão social, o aprofundamento do desemprego e o arrocho salarial. E mais, atualmente, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, a supressão de



favorecem a sobreexploração, são fatores que fazem adoecer não só os trabalhadores, mas também as instituições em si.

Magistério adoecer no RS

Em junho, o Diesat e o Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS) publicaram uma pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores do ensino privado do estado.

A pesquisa – que descreve o perfil das doenças causadas pela execução do magistério e pela relação dos docentes com o sistema privado de educação – indica que 45% dos professores que responderam aos questionários apresentam algum problema de saúde física ou mental relacionado a seu trabalho. Uma das conclusões da pesquisa ressalta que “os principais fatores prejudiciais à saúde dos

professores do ensino privado apontam diretamente para a organização do trabalho e as relações de trabalho”.

Nas escolas privadas do Rio Grande do Sul, de acordo com a conclusão da pesquisa, “fatores, como a jornada de trabalho, excesso de atividades, pressão de chefias e de colegas de trabalho, assédio moral no trabalho, relação com chefias, colegas professores, pais e alunos, estão entre os principais geradores de agravos à saúde física e mental dos professores”.

Esse quadro clínico atinge alto percentual de profissionais da área em todo o Brasil, tanto do sistema privado como do sistema público de educação.

Burnout: educação em risco

No fim da década de 1990, o professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), Wanderley Codo, foi um dos docentes que promoveram estudos sobre uma doença que leva o docente a perder o sentido de sua relação com o trabalho.

O professor da UnB e a equipe que participou do trabalho constataram que mais do que um sintoma do estresse, a *Síndrome de Burnout* é uma epidemia que, no fim da década de 1990, atingia 48% dos 52 mil professores investigados em 1.440 escolas espalhadas nos 27 estados da Federação brasileira.

A partir das análises decorrentes da pesquisa – o que pode ser conferido no livro *Educação: carinho e trabalho* (Ed. Vozes) – o pesquisador afirma que essa doença pode até destruir a educação brasileira,

pois o docente desiste da profissão e passa a exercê-la sem interesse, “de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil”.

O esgotamento profissional e o estresse provocados pelo não-reconhecimento do profissional, pelas condições precárias de trabalho, pela desvalorização salarial são alguns dos elementos que mantêm viva a *Síndrome da Desistência* (burnout).

Segundo Codo, o INSS quer transformar a síndrome em doença profissional. “Se acontecer isso, o professor vítima de burnout vai ser afastado da profissão e, de burnout, ele passará a ter depressão, visto que a doença é provocada pela ausência do controle sobre o trabalho que desenvolve, ou seja, ele vai piorar”.

Quando pesquisas sobre burnout foram executadas considerando-se outras categorias de profissionais, a conclusão foi semelhante. Os profissionais da saúde, por exemplo, padecem do mesmo problema.

Preocupado com os encaminhamentos do governo para o problema de burnout no Brasil, o professor ressalta que, além de salário digno, condição de trabalho decente, reconhecimento profissional, o docente precisa de carinho para superar a doença e exercer

o magistério. Tanto é que em alguns países, professor tem título de nobreza”, diz Codo.

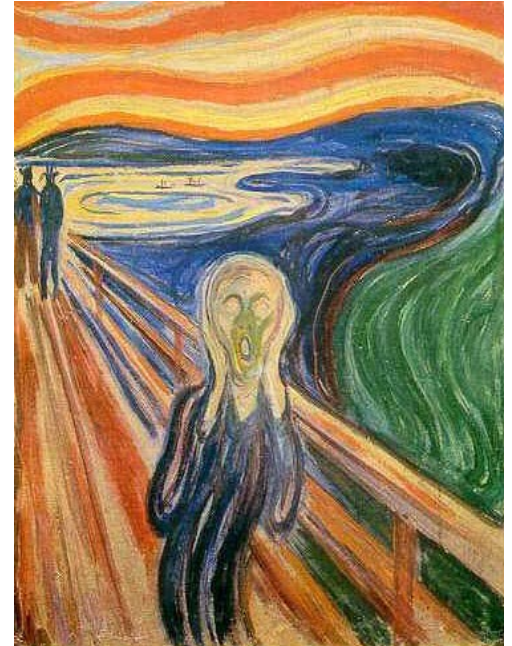
Fruto de uma parceria entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e o Laboratório de Psicologia do Trabalho da UnB, a pesquisa – que relata as condições de trabalho e saúde mental dos trabalhadores em educação do ensino fundamental e médio da rede pública do país – foi executada entre 1996 e 1998. Até hoje nenhuma política pública foi elaborada para resolver o problema.

Outra pesquisa, também realizada no Instituto de Psicologia da UnB pela psicóloga Nádia Maria Beserra Leite sob a coordenação do professor Codo, que analisou 8.744 questionários respondidos por professores da região Centro-Oeste, indica que 15,7% dos professores de ensino fundamental e médio são vítimas dessa síndrome.

Precarização causa doença em docentes da América Latina

A precarização das condições de trabalho docente e os problemas daí decorrentes é uma realidade que atinge os profissionais da área nos diferentes continentes, ultrapassando fronteiras, e tem se agravado conforme a intensificação da lógica produtivista em curso, seja no mundo globalizado, em geral, seja no campo educacional, em particular.

Em um trabalho intitulado “Precarização do trabalho docente na Argentina, Colômbia e Brasil: um estudo comparado”, apresentado no *Primer Encuentro Latinoamericano de Estudios Comparados en Educación*, realizado em Buenos Aires em junho de 2007, os pesquisadores Cristina Oliveira e Gustavo Bicalho Gonçalves, da Univer-



O Grito é uma pintura do norueguês Edvard Munch, datada de 1893. A obra representa uma figura andrógina num momento de profunda angústia e desespero existencial. O pano de fundo é a doca de Osloffjord (em Oslo) ao pôr-do-Sol. O Grito é considerado como uma das obras mais importantes do movimento expressionista.

sidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), demonstram que a precarização atinge a América Latina.

Segundo eles, “a precarização do trabalho docente pode ser definida como consequência do contexto neoliberal - globalização, novas tecnologias de informação e comunicação, nova reordenação do processo de automação em nível internacional, que modificam a estrutura produtiva e a organização do trabalho”.

Fonte: ANDES-SN



Consignações restabelecidas para o repasse da mensalidade da ADUR-RJ

Recentemente, após muita luta política e mobilização da categoria, o ANDES-SN obteve o restabelecimento do registro sindical pelo Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com os dirigentes sindicais, esta foi a reparação do erro cometido em 2003 pelo próprio Ministério – que suspendeu arbitrariamente o registro mesmo com decisões judiciais transitadas em julgado favoráveis à entidade.

Consignações serão restabelecidas

O governo havia condicionado o desconto da contribuição sindical (mensalidade) consignada à reconquista do registro sindical do ANDES-SN. Tal medida visava claramente atingir os sindicatos, adotando medidas que interferiam diretamente no orçamento das seções sindicais.

Durante o período em que o ANDES-SN lutava nas instâncias judiciais para obter o seu registro sindical, a ADUR-RJ

contou com a colaboração de seus filiados para manter o repasse do percentual de 1% sem interrupções.

A Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro enviou vários comunicados aos seus filiados, explicitando a delicada situação financeira que atravessava devido ao impedimento de captar a contribuição sindical via consignações.

A partir do restabelecimento do registro sindical do ANDES-SN, os docentes voltaram a repassar o percentual referente à mensalidade da ADUR pelas consignações via SIAPE a partir dos atuais valores da remuneração de cada docente.

O desconto em folha corrigiu as distorções no repasse da contribuição sindical à Associação de Docentes da UFRRJ.



Sede da ADUR-RJ S. Sind.

A Diretoria da ADUR-RJ agradece a todos os filiados que sempre colaboraram prontamente com as solicitações e que mantiveram o repasse de suas contribuições mensais – seja por boleto, seja por débito em conta –, permitindo que a seção sindical honrasse seus compromissos.

Reajuste da mensalidade da GOLDEN CROSS



Em 10 de agosto, a ADUR-RJ S. Sind. recebeu correspondência da Sra. Luciana Calhau, gerente de contas da Golden Cross, comunicando o reajuste do plano de saúde no percentual de 18,23%, a partir de setembro próximo.

Para outros esclarecimentos, solicitamos que nossos filiados entrem em contato com a ADUR-RJ.